

22 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Estado devolve R\$ 17,3 mi em depósitos judiciais

Roger Pereira

Reportagem Local

Curitiba - O acesso irregular a depósitos judiciais não tributários já fez o governo devolver R\$ 17,37 milhões a 1.289 contas até o dia 30 de abril. O número, que consta em relatório mensal enviado pela Caixa Econômica Federal à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e apresentado ontem pela bancada de oposição da Assembleia Legislativa, é superior aos divulgados pelo Estado em janeiro, quando a então secretária de Fazenda, Jozélia Nogueira, admitiu o saque "equivocado" dos depósitos de apenas 19 contas, num total de R\$ 365 mil.

Entre os depósitos indevidamente sacados estão fatu-

ras milionárias e quantias irrisórias que não chegam a R\$ 100. Há um depósito de R\$ 3,22 e um outro de R\$ 1,05, por exemplo. O número pode ser ainda maior, já que outro relatório recebido pela oposição aponta outras 730 contas ainda em investigação, de onde podem ter sido retirados, irregularmente, até R\$ 261 milhões. Seriam depósitos de grandes empresas, com valores únicos que chegariam a até R\$ 65 milhões.

Procurada pela reportagem, a seccional paranaense da OAB confirmou os números dos depósitos já devolvidos entre 24 de janeiro e 30 de abril e a análise de outras contas, mas não confirma os valores dos depósitos ainda investigados.

LUÍZ GERALDO MAZZA

Depósitos

Governo, como sabeis, meteu a mão indevida nos depósitos judiciais (ação, inclusive, monitorada pelo CNJ por estar no processo da eleição de Fábio Camargo para o TC e na atuação do pai, Clayton Camargo, que presidia o TJ) e devolveu R\$ 17 milhões, mas há ainda mais de R\$ 200 milhões em análise.

Chegaram ao cúmulo de se apropriar de troco como R\$ 1,25. Que miséria. É o bichinho eletrônico, o comece, em ação.

22 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça decreta nova prisão preventiva de Youssef

**Decisão se refere ao Caso
Banestado; pedido foi feito pelo
Ministério Público Federal e
acatado pelo juiz Sérgio Moro**

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - A Justiça Federal decretou ontem nova prisão preventiva do doleiro londrinense Alberto Youssef, desta vez, entretanto, a decisão se refere ao Caso Banestado. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) e acatado pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba. Com a decisão, ele deve permanecer preso mesmo que o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconsidere sua prisão preventiva dentro da Operação Lava Jato.

No entendimento do MPF, Youssef quebrou uma cláusula do acordo feito em 2003, quando o doleiro fez uma delação premiada no âmbito do Caso Banestado, em que se comprometia a não cometer mais delitos caso recebesse o benefício. Por já ter oferecido denúncia contra Youssef referente à Lava Jato, o MPF considera que houve quebra de acordo.

O Caso Banestado envolve crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira, evasão de divisas e corrupção ativa. Segundo a acusação, Youssef teria movimentado irregularmente R\$ 345,9 milhões por meio de 43 contas bancárias em nomes de laranjas, entre os anos de 1998 e 1999. O doleiro também foi acusado de subornar um gerente da agência do banco em Londrina para utilizar as contas. Depois de preso, ele confessou a autoria dos crimes e foi condenado, mas assinou o acordo de delação premiada para suspender outros processos que corriam contra ele e para conseguir liberdade. Com o pedido de prisão preventiva aceito, o MPF informou, via assessoria, que está verificando quais processos devem ser reabertos contra o doleiro e quais já prescreveram.

O advogado de Youssef, Antonio Figueiredo Basto, considerou a decisão um "absurdo", e adiantou que

hoje vai entrar com um pedido de habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre. Ele ressalta que a atitude do juiz paranaense foi uma retaliação ao seu cliente. "Prevendo o fim da operação (Lava Jato) ele decretou a prisão assim que o MPF fez o pedido. Já tinha entrado com uma petição no STF e alertei o ministro Zavascki de que isto poderia acontecer. Não tenho bola de cristal, não sou vidente, mas informei que o Moro era um juiz parcial. Que se a decisão dele (ministro Teori) de soltar os presos fosse mantida, o MPF iria fazer o pedido de prisão e ele iria conceder", disse.

No último domingo, o ministro Zavascki mandou soltar todos os acusados da Lava Jato, inclusive o doleiro, mas voltou atrás depois que o juiz Sérgio Moro alertou sobre o risco de fuga de Youssef, que teria "contas milionárias no exterior".

CONTINUA

22 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

FORÇA-TAREFA

Em relação à Operação Lava Jato, o MPF também informou que, independente da decisão do ministro Teori Savascki, que determinou o encaminhamento de todas as ações penais e inquéritos para a Suprema Corte, a força-tarefa formada por seis procuradores da República para atuar com exclusividade no caso vai prosseguir com os trabalhos. Conforme o órgão, todas as informações levantadas a partir de agora serão repassadas para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, que é quem vai acompanhar o desdobramento do caso no STF.

MAZZA

Youssef de novo

Pelo jeito vão ser retomados outros processos que envolveram Alberto Youssef como os do CC5-Banestado com a denúncia, ontem feita pelo Ministério Público Federal e acatada pelo juiz Sérgio Moro. Ninguém mais autorizado para fazê-lo do que o magistrado que afinal presidiu aquele caso. Pode haver em consequência um desbloqueio de procedimentos como o da Copel-Olvepar que ficou hibernado e no qual o doleiro também exercia papel ponderável.

22 MAI 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça decreta intervenção

no Cristo Rei

**Ação penal por formação de quadrilha e desvio de dinheiro
contra cinco funcionários do hospital é acatada**

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Ibiporã – A juíza Sônia Leifa Fuzinato acatou o pedido do Ministério Público (MP) de Ibiporã (Região Metropolitana de Londrina) e decretou na segunda-feira a intervenção no Hospital Cristo Rei. A Justiça afastou ainda oito diretores da administração da unidade e cinco funcionários, todos acusados de um desvio de R\$ 3 milhões do hospital.

De acordo com a promotora Josilaine Andrade, o Estado do Paraná recorreu da decisão ao Tribunal de Justiça (TJ-PR). A Secretaria Estadual de Saúde (Sesa) já informou ao Poder Judiciário o nome do interventor escolhido, que assume o hospital nos próximos dias, se a decisão judicial não for reformada.

A ação penal contra a diretora administrativa e os chefes dos setores de recursos humanos, financeiro e de enfermagem do hospital por desvio de dinheiro, formação de quadrilha, supressão de documentos públicos e coerção de testemunha também foi acatada pelo juiz de plantão, Leonardo Delfino César, na segunda-feira. Os quatro diretores chegaram a

ficar presos temporariamente por cinco dias na semana passada, mas foram todos liberados.

“Incluímos ainda a chefe de tesouraria do hospital pelos crimes de formação de quadrilha e supressão de documentos. A Justiça deferiu as medidas cautelares solicitadas pelo MP contra os acusados, como a proibição de comparecer ao prédio do hospital, não se aproximar de testemunhas, comparecimento mensal ao juízo e não se ausentar da comarca sem permissão judicial”, enumerou a promotora. Os réus já foram intimados da decisão.

Segundo o MP, os desvios apontados são referentes a procedimentos particulares realizados no hospital e essa primeira ação se baseia em cinco casos em que foram comprovadas as irregularidades. “As investigações e a auditoria vão continuar e com isso será possível se aproximar mais do valor desviado. Não descartamos o envolvimento de outras pessoas e certamente outras denúncias serão oferecidas”, frisou Josilaine Andrade.

De acordo com a promotora, no dia das prisões, quando os acusados foram ouvidos, todos informaram desconhecer os procedimentos e ninguém admitiu as irregularidades. “Oferecemos, inclusive, a delação premiada”, informou. “Havia uma ausência de controle e desorganização nos setores responsáveis, na emissão de recibos, de recibos que sumiam. Esse cenário foi denunciado pelo MP como intencional para facilitar o desvio”, ressaltou Josilaine.

Segundo a promotora, o Hospital Cristo Rei tem sido vítima de tentativas de depredação do prédio por parte de moradores. Em algumas ocasiões, a Polícia Militar chegou a ser acionada para evitar um dano maior. “Parte da população interpretou de forma incorreta a atuação do MP e está depredando o hospital, que é vítima neste caso. Solicitamos que essas atitudes não aconteçam mais, até porque a pessoa pode ser responsabilizada por dano ao patrimônio público, que é crime”, afirmou.

FOLHA DE LONDRINA

**Reajuste dos
servidores
será de 6,28%**

Roger Pereira

Reportagem Local

22 MAI 2014

Curitiba - Começou a tramitar ontem na Assembleia Legislativa a proposta de reajuste para os servidores públicos estaduais. A mensagem do poder Executivo foi lida ontem, tramitará em regime de urgência, devendo ser aprovada até a próxima quarta-feira para que o reajuste seja pago ao funcionalismo já na folha de maio. O índice de reajuste indicado pelo governo foi de 6,28%, referente à inflação acumulada nos últimos 12 meses. Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público apresentaram proposta de reajuste no mesmo índice. "O projeto passa pelas comissões na segunda-feira, votamos em primeira discussão na terça e em segunda discussão, na quarta-feira. Dispensamos a redação final e já enviamos para o governador sancionar. Tenho certeza que nenhum deputado irá se opor a esse trâmite", disse o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB).

Para pagar o reajuste aos 284.891 servidores ativos, inativos e pensionistas, o governo terá uma elevação de R\$ 75,24 milhões mensais na folha de pagamento, que hoje supera R\$ 1,2 bilhão. O projeto contempla, ainda, o pagamento de parcela complementar aos servidores que recebem valor inferior ao Piso Mínimo Regional.

No Ministério Público, o reajuste representará um impacto de R\$ 650,8 mil por mês, enquanto que no TCE, será de R\$ 966,1 mil mensais.

Julgamento

Depois de duas sessões seguidas de queda, a Bovespa chegou a passar boa parte de ontem, em alta, seguindo o avanço dos principais índices de ações de Nova York. No fim do dia, no entanto, a queda acentuada das ações dos bancos pressionou o índice, que fechou novamente em queda, após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor dos poupadores sobre juros de mora. Os papéis das instituições financeiras puxaram a virada e fecharam nas mínimas do dia em meio ao julgamento no STJ sobre quando deve ocorrer o início da incidência dos juros de mora. O tribunal decidiu que os juros devem incidir a partir da citação para conhecimento da ação civil pública.

22 MAI 2014

FOLHA DE S. PAULO

Comissão do Senado tira juiz de teto salarial

Proposta, que precisa passar pelo plenário e pela Câmara, prevê adicional por tempo de serviço sem contar para limite

Só na folha salarial da União, impacto seria de R\$ 400 milhões anuais, calcula o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

O Senado deu nesta quarta-feira (21) o primeiro passo para que juízes e integrantes do Ministério Público recebam salários acima do teto do funcionalismo público federal, fixado em R\$ 29,4 mil.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que cria adicional por tempo de serviço para magistrados e procuradores sem que o valor conte para o teto. O texto tem que passar ainda pelos plenários do Senado e da Câmara.

Só na folha de pagamentos da União, o impacto estimado pelo relator da proposta, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), é de R\$ 400 milhões por ano —o que não inclui o efeito cascata no Judiciário e Ministério Público estaduais.

A proposta, que alcança também aposentados e pensionistas e é retroativa, prevê que magistrados e membros do Ministério Público recebam 5% de adicional por tempo de serviço a cada cinco anos, até o limite de 35%. O benefício vale para União, Estados e Distrito Federal.

Com o adicional, senadores estimam que os salários de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) cheguem a R\$ 39 mil.

Entidades de magistrados e procuradores fizeram forte pressão sobre os senadores para a aprovação da PEC.

O presidente do STF, Joaquim Barbosa, encaminhou nota ao Senado em que afirma ser “recomendável” a criação do adicional.

Por meio de assessores, disse que defende a valorização salarial da magistratura, mas externou suas “reticências” em relação a propostas específicas contidas na PEC.

Mesmo para os magistrados de primeira instância os salários também devem subir acima do teto —já que a remuneração inicial da categoria é da ordem de R\$ 20 mil.

O Palácio do Planalto é contra a medida. Senadores do PT tentaram adiar a votação da PEC, mas a proposta passou com o voto contrário de só quatro congressistas.

“Acabamos com o teto do funcionalismo público e incluímos uma gratificação hoje não prevista em lei. Todas as carreiras que pleitearem vão conseguir. Quem vai pagar por isso?”, questionou o líder do PT, senador Humberto Costa (PE).

“É inconcebível a magistratura viver desmotivada e desmobilizada. De 22 mil vagas de juízes federais, apenas 16,9 mil estão ocupadas. O sonho de ser juiz não existe mais. Esse teto estava sendo insuficiente dentro da necessidade da magistratura”, rebateu o relator.

Líder do PSDB, o senador Aloysio Nunes Ferreira (SP) disse que só em São Paulo o impacto esperado com o pagamento do adicional é de R\$ 700 milhões por ano.

66 Acabamos com o teto do funcionalismo público e incluímos uma gratificação hoje não prevista em lei. Todas as carreiras que pleitearem, vão conseguir [ganhar acima do teto]. Quem vai pagar por isso?

HUMBERTO COSTA (PT-PE)
líder do PT no Senado

FOLHA DE S. PAULO

STF anula norma do TSE que limitava investigações

22 MAI 2014

Decisão responde pedido de procurador-geral

Por 9 votos a 2, o Supremo Tribunal Federal suspendeu, nesta quarta-feira (21), resolução do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que limitava o poder de investigação do Ministério Público nas eleições.

Para a maioria dos ministros do Supremo, exigir que o Ministério Público Eleitoral pedisse aos juízes autorização para apurar eventuais crimes interferiria no processo de investigação, além de esvaziar e atrasar a apuração de eventuais irregularidades.

Presidente do TSE, o ministro Toffoli votou pela manutenção da regra e foi seguido pelo ministro Gilmar Mendes. Ambos alegaram que o Ministério Público age com parcialidade e precisa de controle.

O Supremo discutiu pedido de liminar da Procuradoria-Geral da República para anular os efeitos da norma do TSE.

Aprovada em 2013 pelo TSE, a norma determinava que inquéritos para apurar possíveis crimes eleitorais (como compra de votos) só seriam instalados por determinação da Justiça Eleitoral.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, reagiu ao TSE e pediu que o Supremo avaliasse a legalidade da medida. Janot argumentava que deixar ao cargo do juiz a decisão sobre abrir o inquérito atenta contra a "imparcialidade" do Judiciário.

Para o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, a falta de autonomia do Ministério Público interfere no rumo das investigações.

O ministro Toffoli defendeu a regra do TSE e sustentou que não há limitação para as investigações. (MÁRCIO FALCÃO)

Exploração sexual de criança agora é crime hediondo

A presidente Dilma Rousseff sancionou, nesta quarta-feira (21), lei que torna crime hediondo a exploração sexual de crianças e adolescentes. Não houve vetos ao texto.

A assinatura foi acompanhada pela apresentadora Xuxa e pelo cantor Sérgio Reis, além dos criadores do Proteja Brasil, aplicativo que facilita denúncias de violência contra esse público.

O texto torna o crime inafiançável e foi aprovado pelo Congresso na semana passada.

"Agora realmente não tem mais conversa. Fez, vai ter que pagar e por muito tempo", disse Xuxa em rápida entrevista, ao sair do Palácio do Planalto.

O condenado por esse crime terá que cumprir um período maior no regime fechado para poder pleitear a progressão da pena.

Se for réu primário, deve cumprir, no mínimo, 2/5 do total da pena. Se for reincidente, é necessário passar por 3/5 da pena antes de pedir a mudança de regime. A pena prevista para o crime é de quatro a dez anos de reclusão.

PORNOGRAFIA

A PF (Polícia Federal) deflagrou nesta quarta-feira (22) a Operação Proteja Brasil, que visa combater a difusão de pornografia infantil pela internet.

Até agora, cinco pessoas foram presas e 40 mandados de busca e apreensão foram cumpridos em 14 Estados.

MÔNICA BERGAMO

PINGA-FOGO

O ministro Luís Roberto Barroso dá entrevista hoje, ao vivo, no programa "Diálogos com Mario Sergio Conti", da GloboNews.

FOLHA DE S. PAULO

STJ decide

22 MAI 2014

pró-poupador sobre prazo para juros

Contagem deve começar a partir da citação da ação; BC avalia recurso

Impacto da decisão depende de julgamento do STF, marcado para dia 28, sobre devolução de perdas de rendimento

SOFIA FERNANDES
DE BRASÍLIA

Os brasileiros que entram com ação para serem ressarcidos de perdas no rendimento da caderneta de poupança com as mudanças de planos econômicos na época da hiperinflação tiveram uma vitória na disputa com os bancos pela forma de correção, nesta quarta-feira (21).

A Corte Especial do STJ (Superior Tribunal de Justiça), órgão máximo do tribunal, decidiu que os juros de mora incidentes nas ações coletivas movidas pelos poupadores devem ser contabilizados a partir da citação da ação, ou seja, no início do processo, nos anos 1990.

Os bancos e o governo defendiam que os juros de mora —espécie de punição pelo atraso no pagamento de títulos de crédito— deveriam incidir só a partir da execução individual da condenação.

A decisão do tribunal pode ampliar em bilhões a quantia que os bancos terão

de pagar aos poupadores. Isso, no entanto, só ocorrerá caso o STF (Supremo Tribunal Federal), em outro julgamento marcado para a próxima quarta-feira (28), entenda que poupadores devem ser ressarcidos por perdas com os planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2.

Erasto Villa Verde de Carvalho, subprocurador-geral do Banco Central, afirmou que a autoridade monetária vai avaliar se é o caso de recorrer da decisão, por meio de embargo declaratório.

O BC estima que o impacto para os bancos pode chegar a R\$ 341 bilhões, mas o valor é contestado por órgãos de defesa do consumidor. Segundo Carvalho, o impacto dessa decisão pode ser modulado, com parcelamentos.

O entendimento foi adotado no acórdão julgado pelo STJ, desempate pelo voto do presidente do tribunal, Felix Fischer, foi que adiar o início da contagem dos juros estimularia a resistência do cumprimento de ações coletivas julgadas. Essa é a visão do relator de um dos recursos, ministro Sidnei Beneti.

O entendimento do STJ servirá de parâmetro para a contagem de juros de mora de todas as ações civis julgadas em

definitivo. Segundo o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), que ingressou com ações no STF (Supremo Tribunal Federal) e no STJ, a decisão afetará, por exemplo, processos que questionam reajustes de planos de saúde e outras questões, como patrimônio público e até meio ambiente.

O INSS já entrou como parte interessada no processo do STF. A autarquia poderá ser afetada pelo entendimento do tribunal em ações em que é cobrada por pagamentos de benefícios.

Os ministros analisaram ontem dois recursos, um do Banco do Brasil e outro do HSBC. Nesses dois casos, a Justiça já havia decidido que o Banco do Brasil e o HSBC (originalmente o Bamerindus) terão de ressarcir os poupadores pelas perdas com o plano Verão.

A decisão estava suspensa por causa do recurso movido pelos bancos sobre a contagem dos juros de mora. Agora, eles terão de pagar, além das perdas, o valor "cheio" dos juros. O entendimento do STJ nessas duas situações vai servir para todos os casos semelhantes envolvendo pagamento de juros de mora em ações coletivas.

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

➤ DINHEIRO ALHEIO

Saques de depósitos judiciais podem chegar a R\$ 279,1 mi

Euclides Lucas Garcia

O governo do Paraná pode ter sacado indevidamente até R\$ 279,1 milhões de depósitos judiciais de terceiros. Até agora, o Executivo já devolveu R\$ 17,3 milhões que haviam sido retirados de 1.289 contas judiciais de natureza não tributária — o que é ilegal e está proibido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em relação aos outros R\$ 261,7 milhões, porém, ainda não está claro se eram depósitos não tributários ou tributários. O governo tem amparo legal para sacar apenas 40% dos depósitos judiciais de natureza tributária.

Depósitos não tributários são aqueles que não dizem respeito a disputas jurídicas relacionadas a impostos e que, muitas vezes, não envolvem nem sequer o Estado. Eles precisam ser depositados em uma conta para que sejam retirados apenas quando a briga judicial entre as partes chegar ao fim e não couber mais recursos. Enquanto isso, o montante fica parado na Caixa Econômica Federal, sob responsabilidade do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ).

Contas zeradas

Conforme revelou a **Gazeta do Povo** em janeiro, o governo estadual teve acesso a depósitos judiciais — tributários ou não — em 19 de dezembro do ano passado. A irregularidade foi detectada por advogados paranaenses que, ao vencerem ações de clientes na Justiça e tentarem sacar os recursos na Caixa, encontraram as contas zeradas.



Jozélia Nogueira: ex-secretária estadual da Fazenda havia admitido, em janeiro, o saque de apenas R\$ 365 mil.

À época, o governo admitiu o “equivoco”, mas atribuiu a culpa aos próprios advogados, ao banco e ao TJ. Enquanto o governador Beto Richa (PSDB) afirmou que queriam fazer um “terremoto” em torno do caso, a então secretária da Fazenda, Jozélia Nogueira, minimizou o fato e disse que foram sacados equivocadamente apenas R\$ 365 mil de 23 contas não tributárias.

O valor, porém, é muito menor se comparado às últimas informações repassadas pela Caixa à seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). Segundo o levantamento, entre 24 de janeiro e 30 de abril, o governo restituiu ao banco R\$ 17,3 milhões, envolvendo quase 1,3 mil contas de menor valor. Chama a atenção o fato de pelo menos cinco delas terem quantias variando entre apenas R\$ 1,05 e R\$ 3,16.

O ponto mais controverso, no entanto, diz respeito a outras 730 contas de maior valor, que engordaram os cofres do Executivo em R\$ 261,7 milhões. Parte delas envolve grandes empresas como

Copel, Petrobras, TIM, Avon e Natura. Por ora, porém, o TJ e a Caixa ainda estão apurando se as contas dizem respeito a depósitos tributários (que podem ser sacados) ou a não tributários (que não podem). Caso esses recursos também tenham sido sacados de forma indevida, o governo, que enfrenta dificuldades financeiras, pode enfrentar problemas para repor os valores.

R\$ 17,3
MILHÕES

é o valor que o governo paranaense já restituiu a cerca de 1,3 mil contas das quais havia feito saques irregulares de depósitos judiciais não tributários. TJ e Caixa Econômica estão avaliando se o estado sacou indevidamente outros R\$ 261,7 milhões.

CARL OLAV SMITH

Desmistificando o processo judicial eletrônico

Carl Olav Smith

Em dezembro de 2013 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 185, que estabelece o sistema PJe como padrão para os tribunais do Brasil. O PJe é um sistema de automação do processo judicial desenvolvido inicialmente pelo TRF da 5.ª Região, cujo código-fonte foi cedido ao CNJ. Hoje é aprimorado pelo próprio CNJ com a colaboração de todos os ramos da Justiça, do Ministério Público e das advocacias públicas e privadas.

Ao prever a adoção do PJe, a ser implantado gradualmente com o necessário auxílio técnico para maiores de 60 anos e pessoas com deficiência, o CNJ pretende frear os gastos com o desenvolvimento de múltiplos sistemas de processo eletrônico e conferir uniformidade ao funcionamento desse tipo de processo, respeitando, porém, as peculiaridades procedimentais de cada ramo da Justiça. Busca, ainda, proporcionar igualdade de condições de evolução aos tribunais que, como reflexo de diferenças culturais e econômicas, dão ao Judiciário nacional estrutura ainda arquipelágica, dotada de algumas ilhas de excelência.

Mais do que isso, intenciona dotar os tribunais de um sistema integralmente gratuito, desenvolvido somente com o uso de componentes livres. Em consequência, o custo de implantação do PJe fica restrito à aquisição de equipamentos servidores para armazenamento de dados e para manter a aplicação em execução, algo que o tribunal suportaria independentemente do sistema que viesse a adotar.

Por ser uma aplicação de internet, acessível por qualquer computador que se conecte à rede mundial de computadores, não há necessidade de instalação pelo usuário. Assim, confere-se liberdade à ele para escolher entre sistemas operacionais, proprietários ou livres. Basta que, por razões de segurança, tenham o navegador de internet e o Java, que são aplicações gratuitas, atualizados.

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Para o gestor público, essa característica têm reflexo importante, pois se o tribunal estava vinculado a uma determinada licença de sistema operacional, necessário para suportar o programa de controle de processos judiciais instalado nos computadores de seus magistrados e servidores, agora pode licitar a contratação de outros sistemas operacionais proprietários ou até mesmo adotar uma solução livre, reduzindo suas despesas com propriedade imaterial na área de tecnologia da informação.

A análise açodada da Resolução 185 do CNJ pode levar à conclusão de que prejudica a livre iniciativa. Nada mais equivocado. A resolução foi antecedida da definição de requisitos objetivos e públicos de comunicação entre sistemas de informática (Resolução Conjunta n.º 3 CNJ/CNMP). Logo, ao contrário do que ocorre com outros sistemas de processo eletrônico, qualquer empresa de desenvolvimento de softwares pode produzir uma solução ou aplicativo que se comunique com o PJe e vendê-la livremente no mercado.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se preserva a livre iniciativa e se fomenta a concorrência, é assegurada a continuidade do serviço jurisdicional, mediante a manutenção do domínio público do núcleo do sistema, consistente no conhecimento ilimitado das regras de seu funcionamento e da posse do banco de dados (leia-se os processos eletrônicos). Impede-se, assim, a paralisação do Judiciário por eventuais desacordos comerciais ou falta de solidez da empresa contratada para desenvolvimento de sistema semelhante.

Carl Olav Smith, ex-assessor da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná, é juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Notas
Políticas

Revisão das custas

O Tribunal de Justiça do Paraná começou a formar uma comissão especial para fazer uma revisão geral do regimento de custas do estado. No final do ano passado, o presidente da corte, desembargador Guilherme Luiz Gomes, anunciou que iria compor um grupo de estudos para realizar o trabalho, com a participação de representantes da OAB, da Defensoria Pública e dos serventuários (titulares de cartórios). Pelo atual regimento, de 1970, uma ação de R\$ 50 mil paga, por exemplo, o mesmo valor de custas de outra de R\$ 5 milhões. Por enquanto, a comissão já tem presidente, o desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, e o representante da Assembleia Legislativa, deputado Wilson Quinteiro (PSB).

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

» FUNCIONALISMO

Servidores do governo, TC e MP terão reajuste de 6,28%

O governo do Paraná, o Tribunal de Contas do Estado (TC) e o Ministério Público Estadual (MP) encaminharam mensagens ontem à Assembleia Legislativa pedindo reajuste de 6,28% para o salário de servidores efetivos e de funcionários comissionados. O índice corresponde à inflação acumulada nos últimos 12 meses, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE. A medida, retroativa ao dia

R\$ 1
BILHÃO

será o impacto anual do reajuste salarial para os servidores do governo, do TC e do MP. O aumento, que ainda precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa, será concedido para servidores concursados e comissionados. Aposentados e pensionistas também serão beneficiados.

1.º de maio, terá impacto de R\$ 1 bilhão por ano aos cofres públicos.

De acordo com o projeto do governo estadual, o aumento vai beneficiar quase 285 mil funcionários — incluindo inativos e pensionistas. Além disso, será concedida uma parcela salarial complementar a um grupo de 9,6 mil pessoas que recebem menos que o mínimo regional do Paraná — pago a trabalhadores de atividades agropecuárias, florestais e da pesca (R\$ 948,20). O custo das medidas será de R\$ 985,4 milhões anuais. Já no TC, além do reajuste, será concedida uma gratificação aos policiais militares que atuam no órgão, totalizando uma despesa anual de R\$ 12,9 milhões. Por fim, no MP a reposição inflacionária terá impacto de R\$ 8,4 milhões ao ano. (ELG)

R\$ 985
MILHÕES

será o impacto anual do reajuste para o funcionalismo do Executivo estadual.

1.º DE MAIO

é a data, retroativa, a partir da qual o reajuste será válido.

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

Justiça decreta prisão preventiva de Youssef pelo caso Banestado

Chico Marés

A Justiça Federal decretou novamente a prisão preventiva do doleiro Alberto Youssef, desta vez por causa do caso Banestado, ocorrido no fim dos anos 90. Alvo da Operação Lava Jato da Polícia Federal, Youssef está preso preventivamente desde 17 de março em Curitiba pela suspeita de comandar um esquema de lavagem de dinheiro. O novo pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) na segunda-feira, e acatado na noite de terça pelo juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba.

Com essa decisão, Youssef fica na prisão mesmo que o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconsidere sua prisão preventiva pela Lava Jato. Na segunda-feira, o ministro determinou a suspensão de toda a operação e a libertação de 12 presos, incluindo Youssef. Entretanto, Zavascki recuou na terça e decidiu manter o doleiro e outros dez investigados na cadeia.

Youssef foi condenado em uma das ações do caso Banestado, que pode ter movimentado até US\$ 30 bilhões ilegalmente no fim dos anos 1990, mas fez um acordo de delação premiada para deixar a prisão e suspender outros processos que tramitavam contra ele. Através de sua assessoria de imprensa, o MPF comunicou que, em seu entendimento, o doleiro quebrou uma cláusula do acordo e, por isso, ingressou com o pedido de prisão. O órgão deve, também, retomar as ações contra o doleiro.

Uma das exigências para que ele recebesse o benefício da delação premiada seria não cometer mais delitos. Por ter oferecido a denúncia, o MPF considera que ele cometeu novos crimes.

Advogado de Youssef, Antônio Figueiredo Basto considera a decisão de Moro uma forma de retaliação a seu cliente. Segundo ele, a quebra de acordo partiu da Justiça e foi unilateral. "Estamos falando de fatos de 1998, 1999, que não têm qualquer relação com a Lava Jato. Ele previu o fim da operação e já decretou a prisão", afirma. A defesa deve ingressar com um habeas corpus no Tribunal Federal da 4ª Região (TRF4). Através da assessoria, o MPF disse que os órgãos são independentes e negou qualquer tipo de articulação com a Justiça para prejudicar Youssef.

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

» REMUNERAÇÃO

Juízes podem ter aumento de 35%

CCJ do Senado aprova projeto que eleva salário de ministros do STF para R\$ 40 mil. Reajuste também beneficiaria os demais magistrados do país e membros dos MPs

BRASÍLIA
Agência Estado

Após acalorado debate, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC) que eleva o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) para quase R\$ 40 mil — um aumento de 35% sobre o salário atual, que é de R\$ 29,4 mil mensais. O aumento foi defendido publicamente pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, em nota técnica enviada aos senadores no último dia 22. Mas é considerado explosivo pelo governo Dilma Rousseff. O impacto apenas para a União pode chegar a R\$ 450 milhões por ano. Isso porque o salário dos ministros do Supremo é o teto do funcionalismo e o reajuste no STF causaria um efeito-cascata.

A PEC 63 cria um adicional por tempo de serviço de 5% do salário, aplicado a cada cinco anos, até o limite de 35%, para todos os magistrados brasileiros e também aos membros

dos Ministérios Públicos (MPs) federal e estaduais. A medida beneficiaria cerca de 30 mil servidores na ativa. Mas a proposta vai além: o reajuste que será somado ao salário valerá também para aposentados e pensionistas. A PEC terá de ir à votação no plenário do Senado e depois para análise da Câmara dos Deputados.

Segundo cálculos obtidos pela reportagem, todas as categorias de juízes do Brasil passarão a ganhar acima do atual teto constitucional, de R\$ 29,4 mil mensais.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da PEC, defendeu a proposta. Segundo ele, a carreira da magistratura federal não tem sido atrativa: dos 22 mil cargos à disposição, apenas 16,9 mil estão preenchidos. Nos últimos quatro anos, disse, 600 magistrados deixaram essa carreira. “Há uma asfixia total na magistratura e no Ministério Público. É necessário que nós tomemos uma posição”, disse.

Durante os debates, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o líder do PT, Humberto Costa (PE), e o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sugeriram, sem o apoio dos colegas, o adiamento da votação da matéria para discutir a proposta melhor. Requião chamou a PEC de “excrecência corporativa”.

22 MAI 2014

GAZETA DO POVO

➤ OPERAÇÃO PROTEJA BRASIL

PF prende oito por pornografia infantil; um no PR

Luisa Nucada, especial
para a Gazeta do Povo

A Polícia Federal (PF) em Curitiba prendeu em flagrante um suspeito de compartilhar pornografia infantil na internet, na manhã de ontem, em Clevelândia, Centro-Sul do estado, a 390 quilômetros da capital. Segundo a PF, o suspeito tem 54 anos e trabalhava como pedreiro. Em passagens por Curitiba, ele fez uso de conexões de internet de vários locais para divulgar material pornográfico com crianças e adolescentes, conteúdo que circulou no Brasil e no exterior. Na casa dele, foram encontrados um notebook, um pendrive e um celular com fotos e vídeos. O suspeito ainda se utilizava de dezenas de contas de e-mail para criar perfis falsos em redes sociais, onde conversava com crianças e tentava aliciá-las.

A ação fez parte da operação Proteja Brasil, deflagrada ontem pela PF em 14 estados. Mais quatro suspeitos foram presos em flagrante: um em Goiás, um em Minas Gerais e dois no Rio Grande do Sul.

Organizações não governamentais (ONGs) colaboraram com a investigação da PF, que vem sendo feita há seis meses e resultou em 40 mandados de busca e apreensão. A principal ONG envolvida é a SaferNet, responsável pela central nacional de denúncias de crimes e violações a direitos humanos na internet. A instituição alimenta uma base de dados a que a

PF tem acesso em tempo real. Thiago Tavares, presidente da ONG, comenta que a operação foi deflagrada em um momento carregado de simbolismo, a três semanas da Copa do Mundo e na semana do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil, 18 de maio. "Essa operação é uma advertência aos brasileiros e estrangeiros que pretendam se envolver nesse tipo de crime, um sinal de que o combate está acontecendo", alerta Tavares.

A agente da PF em Curitiba Miriam Regina Longo informa que há atualmente 450 suspeitos de difusão de material pornográfico infantil sob investigação no Paraná. A superintendência da PF no estado tem um núcleo especializado de repressão a crimes cibernéticos, ligado à Delegacia de Defesa Institucional (Delinst). "As pessoas têm a sensação de que pela internet podem ficar anônimas, fazendo uso de programas para não serem detectadas. Tentamos nos especializar para estar sempre um passo à frente", diz a agente. Segundo ela, o monitoramento da PF já detectou que há estrangeiros interessados em vir para a Copa do Mundo com o propósito de fazer turismo sexual com crianças e adolescentes.

PREVENÇÃO

Agente federal orienta como proteger o filho na internet

A agente Miriam Regina Longo diz que a orientação da Polícia Federal aos pais é que estejam sempre atentos e supervisionem as atividades on-line dos filhos. "Nós sabemos que não adianta proibir, porque a tecnologia está presente na vida das crianças e elas vão ter o acesso. O ideal é estar sempre vigilante, colocar o computador numa área comum, não deixar a criança navegar sozinha", indica.

Ela aconselha que os pais busquem conhecimento para orientar os filhos quanto aos riscos das salas de bate-papo. Um deles é aceitar desconhecidos em redes sociais. "Os amigos virtuais têm de ser gente efetivamente conhecida", afirma Miriam. De acordo com ela, um modus operandi comum entre os abusadores é se passar por outras crianças e adolescentes e fazer com que as vítimas se exibam na webcam. A agente faz o alerta: "Uma vez que as imagens chegam nas mãos dessas pessoas, elas não saem mais da internet. A criança exposta vai crescer e continuar a ser vitimizada". (LN)

Greve voltará a ser discutida hoje no TRT

Em nova audiência marcada para hoje, no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), deverão ser novamente debatidas a suspensão da ação que pede a demissão dos 916 funcionários da Funpar e as questões relativas à Ebserh — a estatal deve mandar, inclusive, um representante legal para participar do encontro.

Na terça-feira, a ação que determinava a demissão desses funcionários foi suspensa por 30 dias como condição para a interrupção da greve que já dura dois meses no HC. Nesse meio tempo, a UFPR precisa apresentar uma solução, que crie novas vagas mas também tente preservar esses trabalhadores.

Mesmo com a volta dos funcionários da Funpar aos seus postos ainda na terça-feira, porém, o HC disse que a paralisação dos demais trabalhadores do hospital, servidores concursados, bloqueou 40 dos 411 leitos da instituição ontem. A assessoria do HC disse que dos 1.958 servidores concursados, 148 estavam parados ontem. O sindicato da categoria, Sinditest-PR, não confirmou os números. (DA)

Defensora pede soltura de caseiro suspeito por morte de coronel

A defensora pública Raquel Ayres, da 2ª Vara Criminal de Nova Iguaçu, anunciou que ingressou na segunda-feira com um pedido de habeas corpus para revogar a prisão temporária do caseiro Rogério Pires, um dos suspeitos pela morte do tenente-coronel reformado Paulo Malhães, além do trancamento das investigações. Raquel Ayres acusa a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense, responsável pelas investigações, de flagrante violação do Direito Constitucional a ampla defesa, uma vez que o acusado prestou depoimentos e foi preso sem ser assistido por um defensor. Segundo ela, o caseiro jamais se negou a colaborar com a polícia, é réu primário, tem bons antecedentes e declarou-se analfabeto — razão pela qual, segundo Raquel, desconhecia o teor dos depoimentos que assinou.

Justiça determina intervenção de hospital em Ibiporã

A Justiça determinou ontem a interdição do Hospital Cristo Rei, em Ibiporã, no Norte. Funcionários e a cúpula administrativa do hospital são suspeitos de desviar ao menos R\$ 3 milhões de atendimentos particulares feitos na unidade. Até o momento, oito diretores e cinco funcionários foram denunciados. Na decisão, a juíza Sônia Fuzinato, da Vara Cível de Ibiporã, pede que o estado indique um profissional “para atuar como interventor”. Mesmo com a decisão, o estado deve recorrer. Segundo a promotora Josilaine de Andrade, a intervenção é necessária pois o hospital atende casos de urgência e emergência 24 horas. O MP não descarta, contudo, que o total de desvios seja ainda maior. Todos os envolvidos já foram notificados da decisão.

Ministro do STF sinaliza que irá rever a liberação dos supervencimentos

Responsável pela liminar que liberou o pagamento de salários acima do teto do funcionalismo público para servidores da Câmara e do Senado, o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), sinalizou ontem que vai suspender a decisão. Marco Aurélio disse que pretende arquivar ação apresentada por servidores do Senado contra o corte feito pela Casa no pagamento de salários acima do teto de R\$ 29,4 mil. O ministro havia concedido liminar que autorizava os supersalários depois que a ação dos servidores chegou ao Supremo, mas fixou prazo para o Senado ouvir servidores sobre os cortes — com o objetivo de garantir o direito de defesa aos funcionários. O Senado cumpriu a determinação e decidiu cortar os supersalários.

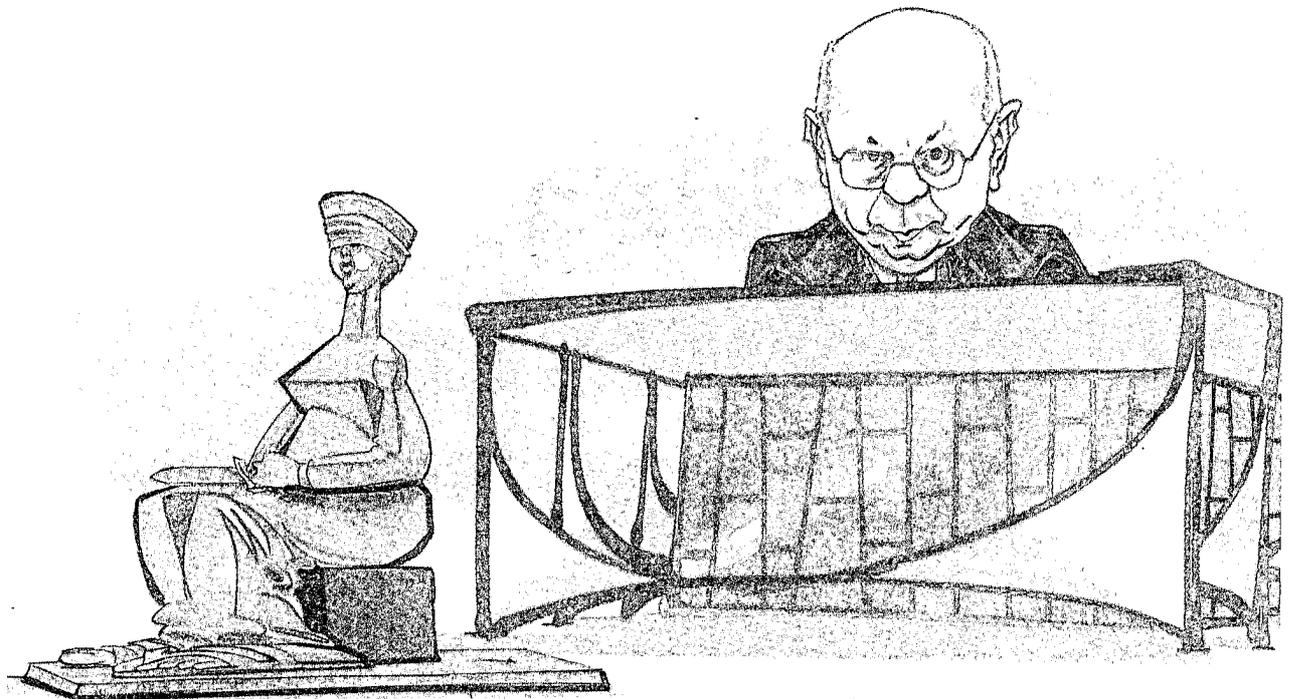
Justiça italiana nega novo recurso e Pizzolato ficará preso

A Corte de Cassação Suprema de Roma rejeitou ontem recurso da defesa do ex-diretor do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, que, mais uma vez, tentou tirar o cliente da prisão de Módena, na Itália, para que ele aguarde em liberdade uma decisão sobre eventual extradição ao Brasil. Com isso, Pizzolato, condenado no processo do mensalão, ficará preso pelo menos até a audiência, no dia 5. Pizzolato, condenado no processo do mensalão, é considerado foragido da Justiça do Brasil desde novembro.

22 MAI 2014

PAIXÃO

GAZETA DO POVO
SABE DE NADA... INOCENTE!



22 MAI 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

Decisão do STJ favorece poupador

Em decisão apertada, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, por oito votos a sete, a favor do poupador em um dos casos envolvendo planos econômicos dos anos 1980 e 1990. A Corte Especial do Tribunal julgou dois recursos que tratavam sobre a incidência de juros de mora, se eles valiam da citação do réu, no início do processo, ou apenas na execução da sentença. A Justiça definiu que vale do início, a partir da citação.

A decisão eleva em 200% a conta que as instituições financeiras podem ter de pagar, caso percam a disputa sobre a legalidade dos planos no Supremo Tribunal Federal (STF). Não existe previsão oficial, mas o Banco Central fala que a fatura pode chegar a R\$ 341 bilhões.

Apesar da sessão do STJ, as ações relacionadas a planos econômicos continuam suspensas até decisão do STF sobre a legalidade deles. O Supremo marcou para a próxima semana, dia 28, a retomada do julgamento. No STJ ainda há uma segunda questão pendente, a abrangência das ações, se elas têm repercussão local ou nacional, julgamento que ainda não tem data para ocorrer.

A necessidade de desembolso dos bancos não é imediata, ocorrerá apenas caso percam a disputa que está no STF. Se isso se concretizar, os poupadores terão de ingressar individualmente na Justiça e provar que tinham poupança e registraram perdas durante os planos econômicos. A decisão sobre os juros de mora valem para todos os bancos.

22 MAI 2014

BEMPARANÁ

Exploração sexual agora é crime hediondo

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, em cerimônia fechada à imprensa, no final da tarde de ontem, a lei que torna hediondo o crime de exploração sexual de criança, adolescente ou pessoa vulnerável. A apresentadora Xuxa Meneghel e o cantor Sérgio Reis participaram da cerimônia, realizada no Palácio do Planalto.

Na saída do palácio, Xuxa, que é "madrinha" do disque 100, número que pode ser usado para denúncias deste tipo de crime, declarou: "agora realmente não tem mais conversa. Fez vai ter de pagar, e por muito tempo".

A ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti, afirmou que o governo federal está conversando com o Judiciário, para que haja uma cooperação entre os dois poderes, para que sejam agilizados os processos deste tipo de crime. O governo fede-

ral vai pedir ainda que o Judiciário nomeie um juiz para que fique responsável por este tipo de crime nas 12 cidades sede da Copa do Mundo. A nova lei estipula como exploração sexual de criança e adolescentes a utilização deles em atividades sexuais remuneradas, a pornografia infantil e a exibição em espetáculos sexuais públicos ou privados. A proposta diz que o crime ocorre mesmo que não haja ato sexual propriamente dito, mas qualquer outra forma de relação sexual ou atividade erótica que implique proximidade física e sexual entre a vítima e o explorador. Pela nova legislação, ao classificar estes crimes como hediondos, a pena prevista passa a ser de quatro a dez anos de reclusão, aplicável também a quem facilitar essa prática, impedir ou dificultar o seu abandono pela vítima.

JORNAL DO ÔNIBUS

Lei que torna crime hediondo exploração sexual de crianças será publicada

A lei que transforma em hediondo o crime de exploração sexual de criança, adolescente ou pessoa vulnerável será publicada na edição desta quinta-feira (22) do Diário Oficial da União e já estará em vigor durante a Copa do Mundo, que começa no dia 12 de junho. A lei foi

sancionada ontem pela presidenta Dilma Rousseff.

Pelo Twitter, Dilma disse que a imposição de penas mais duras vai fortalecer o combate a esse tipo de crime. "A partir de hoje, o Brasil passa a contar com um forte instrumento legal na luta contra a exploração sexual

de crianças e adolescentes. Sancionei a lei que faz dessa prática um crime hediondo, impondo sentenças mais duras. Essa lei fortalece nossa batalha contra um crime que fere nossas crianças e envergonha o país", escreveu a presidenta em sua conta pessoal na rede social.

22 MAI 2014

BEMPARANÁ

Idec comemora decisão do STJ sobre poupança

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) comemorou a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que deu ganho para poupadores no julgamento sobre quando começaria a incidir o juro de mora. "O Superior Tribunal de Justiça demonstrou que não cederá à pressão dos bancos ou do Banco Central. E, mais importante, chancelou a ação civil pública como instrumento efetivo de defesa dos direitos dos cidadãos", afirmou a presidente do Conselho Diretor do Idec, Marilena Lazzarini, em nota.

A Corte Especial do STJ definiu que os juros de mora para os beneficiários de ações civis públicas (ACPs) devem incidir desde a citação na ação civil. O objetivo dos bancos era que valessem somente a partir da citação na exe-

cução individual, o que subtrairia anos de juros de mora.

A decisão do STJ aumenta a conta a ser paga pelas instituições financeiras caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida contra a legalidade dos planos econômicos dos anos 1980 e 1990. A estimativa é de que a fatura possa chegar a R\$ 341 bilhões. O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar nos próximos dias em caráter definitivo o direito dos poupadores à recuperação das perdas na poupança.

O Banco Central, que era "*amicus curiae*" e teve espaço para falar na tribuna da Corte, disse que avaliará se cabe recurso, a exemplo de embargo declaratório. Disse também que a instituição deve estudar uma forma de parcelar essa conta caso as instituições financeiras percam.

22 MAI 2014

BEMPARANÁ

Governo propõe reajuste de 6,8% a servidores

O governo do Estado enviou ontem à Assembleia Legislativa, projeto propondo reajuste salarial de 6,28% para todos os servidores públicos paranaenses. O aumento vigora a partir de maio e incide também sobre as gratificações do funcionalismo.

Na mesma mensagem, o governador Beto Richa assegura que nenhum servidor com carga horária de 40 horas semanais receberá menos que o piso regional do Paraná, estabelecido em R\$ 948,20. A medida beneficiará imediatamente 9.646 servidores que hoje recebem menos que esse valor. "O Paraná dá exemplo de valorização e de compromisso com os servidores", afirmou o governador.

O valor do reajuste corresponde ao acumulado dos últimos 12 meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), definido por lei como indexador do salário do funcionário público no Estado. O reajuste terá um impacto mensal de R\$ 75,2 milhões, e representará ainda um gasto adicional de R\$ 702 milhões ao governo até o final do ano.

O aumento abrange 284.891 servidores ativos, inativos e pensionistas, excluindo os servidores da carreira de procurador do Estado, que já têm tabela salarial prevista em lei complementar. O projeto concede

CAIXA

R\$ 702
milhões

é o impacto do reajuste salarial do funcionalismo até o final do ano, segundo o governo do Estado.

também parcela complementar a servidores com carga horária de 40 horas semanais que recebem valor inferior ao Piso Salarial Mínimo Regional do Paraná. Serão beneficiados 9.646 servidores ativos, inativos e pensionistas. O pagamento representará impacto mensal de R\$ 559,3 mil e R\$ 5,2 milhões em 2014.

O Tribunal de Contas e o Ministério Público também enviaram projetos à Assembleia, propondo o mesmo índice de reajuste para seus servidores. Além disso, a direção do Legislativo também apresentou proposta de aumento no mesmo sentido. No caso do TCE, o impacto do reajuste será de R\$ 966,1 mil por mês, ou R\$ 12,8 milhões até o final do ano. No MP, o impacto é de R\$ 650,8 mil mensais, e na Assembleia, de R\$ 657,3 mil.

O governo pediu regime de urgência para a votação. A Assembleia informou que a proposta deve ser votada em primeiro e segundo turnos até a próxima quarta-feira.

22 MAI 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

REVISTA JUDICIÁRIA & DE BONA

Vejo com muita alegria que autoridades e bancos começam a dar o valor que a Revista Judiciária do Paraná, edição da Bonijuris, merece.

O número sete da publicação especializada em doutrina do Direito, acórdãos e notícias da área, referente a maio, está circulando.

A capa da publicação preciosa

tem óleo sobre tela de Theodoro De Bona, um dos grandes mestres da pintura do Paraná.

Essa escolha do pintor De Bona é um dos reflexos da alma paranaense e organizada do editor, Luiz Fernando de Queiroz.

Um dos apoiadores da Revista Judiciária é a Caixa Econômica Federal.

INTERNAUTA GANHA INDENIZAÇÃO

A 8ª Vara Cível de São Bernardo do Campo condenou duas empresas controladoras de redes sociais a indenizarem um internauta por danos morais, no valor de R\$ 20 mil. A decisão é do juiz

Gustavo Dall'Olio.

O autor da ação relatou que teve seu perfil do Facebook captado sem autorização e utilizado em um aplicativo em que mulheres dão notas e opiniões

anônimas sobre a performance sexual de homens, chamado Lulu. Ele teria recebido menções ofensivas, o que se traduziria em bullying virtual, e por isso requereu indenização.